LEI Nº 831/2021, de 25 de Novembro de 2021.

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Itabaiana/PB, a criação de Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, com dotações financeiras para este fim, revoga os dispositivos legais contraditórios anteriores e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Itabaiana-PB aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURALSUSTENTÁVEL

Art. 1º - Fica o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS reestruturado nos termos desta Lei, como órgão dotado de autonomia administrativa, consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador das ações governamentais (Políticas Públicas, Planos, Programas e Projetos) direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável do município.

Art. 2º - Ao CMDRS compete:

I – Participar da construção do processo de desenvolvimento rural sustentável, assegurando a efetiva e legítima participação dascomunidades rurais na discussão e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma a que este, em relação às necessidades dos agricultores(as) familiares, seja economicamente viável, politicamente correto, socialmente justo e ambientalmente adequado;

II – Definir os interesses e demandas municipais e regionais, fazendo com que estes estejam alinhados no planejamento municipal, estadual e federal;

III - Elaboração do Plano Safra Municipal em consonância com a Secretaria Municipal de Agricultura do município de Itabaiana – PB;

IV – Ampliar a captação de recursos para Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (FMDRS), e efetivar o monitoramento da execução para seu bom uso e a fiel prestação de contas física efinanceira;

V – Ter caráter norteador, referenciador e definidor do processo de Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo, para isso, necessário reconhecimento pelos atores governamentais e da sociedade civil organizada, como espaços legítimos de decisões ou formulações efetivamente consideradas em torno das políticas, programas e projetos relevantes e estratégicos nos diferentes níveis: Federal, Estadual Territoriale Municipal;

VI - Contar com processos democráticos de coordenação e decisão, de modo a consolidá-los como fóruns efetivo de gestão social do Desenvolvimento Rural Sustentável;

VII – Acompanhar e avaliar, de forma efetiva e permanente, a execução das ações previstas no Plano Safra Municipal e/ou outros serviços prestados a população rural pelos órgãos e entidades públicas integrantes dodesenvolvimento rural sustentável no município;

VIII – Propor ao Executivo e ao Legislativo Municipal, bem como aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município, políticas públicas que contribuam para o aumento da produção

agropecuária e para geração de ocupações produtivas e renda no meio rural;

IX – Formular e sugerir políticas públicas e diretrizes junto aos poderes Executivo e Legislativo Municipal para fundamentar ações de apoio à produção; ao fomento agropecuário; à regularidade da produção; distribuição e consumo de alimentos no Município; a preservação/recuperação do meio ambiente e à organização dos agricultores(as) familiares, buscando a sua promoção social;

X – Articular com outros conselhos, órgãos e instituições que realizam ações,que tenham como objetivo a consolidação da cidadania no meio rural;

XI – Articular com os CMDRS dos municípios vizinhos visando a construção de planos regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável;

XII – Articular com o Executivo e Legislativo Municipal para a inclusão dos objetivos e ações do Plano Safra Municipal a ser inserido no Plano Plurianual (PAA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e na Lei Orçamentária Anual (LOA);

XIII – Articular com o CEDRS para que este apoie a execução dos projetos quecompõe o Plano Safra Municipal;

XIV – Identificar e quantificar as necessidades de qualificação profissional no município articulando-se com o Plano Estadual de Qualificação Profissional ou com outros órgãos com a referida competência;

XV – Promover ações que revitalizem os costumes e a cultura local;

XVI – Propor políticas públicas municipais na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da conquista plena da cidadania no espaço rural;

XVII– Contribuir para a redução das desigualdades de gênero, geração, etnia, estimulando a participação de mulheres, jovens, pescadores, quilombolas e de outros na construção do desenvolvimento rural local;

XVIII – Promover articulações e compatibilizações entre as políticas municipais, estaduais e federais, voltadas para o desenvolvimento rural sustentável;

XIX – Contar com processos democráticos de coordenação e decisão, de modoa consolidá-los como fóruns efetivos de gestão social do desenvolvimento rural sustentável;

XX – Registrar as entidades organizadas e regulamentadas para fins de participação no CMDRS;

XXI – Exercer todas as outras competências e atribuições que lhes foremestabelecidas em normas complementares;

XXII– Elaborar e aprovar o Plano Anual de Trabalho do Conselho;

XXIII – Promover e divulgar os programas e projetos, informando sobre diretrizes, critérios e procedimentos;

XXIV – Identificar e cadastrar as comunidades a serem beneficiadas com os programas e projetos, de acordo com critérios pré-estabelecidos;

XXV – Receber, analisar, priorizar e aprovar as propostas de ações, programas e projetos a serem desenvolvidos no meio rural, respeitando os demais trâmites e instâncias, inerentes aos órgãos apoiadores, para aprovação definitiva;

XXVI – Submeter aos órgãos e entidades financiadoras os projetos aprovadospelo Conselho, para contratação;

XXVII – Assessorar e supervisionar a implantação e implementação dos projetos aprovados no CMDRS e a aplicação dos recursos junto a Comissão de Acompanhamento de Projetos e Controle Financeiro, das associações comunitárias, beneficiárias das Políticas Públicas, Programas e

Projetos;

XXVIII – Informar e esclarecer sobre as diretrizes, critérios, regras e procedimentos operacionais do Conselho;

XXIX – Acompanhar o processo de liberação de recurso pelos órgãos e entidades financiadoras, junto ao Fundo Municipal de DesenvolvimentoRural Sustentável;

XXX – Acompanhar a execução dos projetos aprovados, verificando o desempenho das Associações, o resultado dos subprojetos, bem como orientá-las em relação às prestações de contas dos projetos;

XXXI – Identificar as necessidades de crédito rural e apoiar a promoção da assistência técnica às comunidades rurais;

XXXII – Participar dos treinamentos e cursos de capacitação promovidos pelosórgãos e entidades financiadoras dos programas e projetos;

XXXIII – Disponibilizar aos órgãos e entidades financiadoras as informações quando solicitadas;

XXXIV – Propor reformulação da Lei do CMDRS, quando for o caso e de acordocom as normas legais, submetendo-a apreciação do Poder Legislativo Municipal;

XXXV – Estimular a participação de entidades associativas existentes no município, que não compõem o Conselho, conferindo a elas o direito à voz;

Art. 3º - Integram o CMDRS, os representantes de entidades da sociedade civil organizada que representem, assessorem, estudem e/ou promovam ações voltadas para o apoio e desenvolvimento sustentável, solidário, cidadania e promoção de direitos; representantes de organizações e movimentos da agricultura familiar; representantes de órgãos do poder público municipal e representantes de organizações não governamentais, respeitados os dispositivos constante na Resolução do Conselho Estadual deDesenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de n° 105/2019 em seu art. 4°, resultando na composição descrita no artigo seguinte.

Art. 4º - Compõem o CMDRS do município de Itabaiana/PB:

1 – Um representante do Poder Executivo Municipal/Secretaria de Agricultura, Diretoria de agricultura ou Órgão Equivalente.

2 – Um representante do Poder Legislativo Municipal;

3 – Um representante da EMPAER/PB;

4 – Representante(s) de Entidades Públicas que atuem no Setor (Nota[1]:Somado as Instituições acima não devem exceder $^1/_3$ da composição);

5 - Representante(s) de Entidades da Sociedade Civil e de Movimentos Sociaisque atuem no Setor;

6 – Um representante de Instituições Religiosas;

7 – Representante(s) do(s) Sindicato(s) de Classe(s) ligados ao setor agrícola (quantos hajam em atuação no Município);

8 – Representante(s) das Associações e Cooperativas Rurais de Agricultores e Agricultoras Familiares, de Produtores Rurais e demais congêneres (Nota[2]: Este devendo maioria qualificada).

§ 1º– A cada titular corresponde um suplente, que substituirá o membro efetivo,em suas ausências e/ou impedimentos.

§ 2º - Os conselheiros titulares e suplentes devem ser indicados formalmente, pelas organizações e/ou entidades, em até 30 dias após a publicação destaLei, sendo:

a. Para Conselheiros Titulares e Suplentes indicado por órgãos e/ou instituições, a indicação deverá ser feita mediante ofício e assinado pelo responsável do órgão e/ou instituição;
b. Para Conselheiros Titulares e Suplentes indicados por comunidades rurais onde haja associação constituída, a escolha deverá ser feita em reunião específica para esse fim, buscando a indicação prioritária de mulheres e jovens rurais, devendo ser lavrada em ata assinada pelo Presidente da Associação e também por todos os presentes;
c. As indicações dos conselheiros titulares e suplentes serão encaminhadas ao Prefeito Municipal, para nomeação, através de Decreto ou Portaria Municipal.

Art. 5º - Os Conselheiros que compõe no CMDRS elegerão entre seus componentes, das associações e/ou cooperativas, em Assembléia Geral, uma Diretoria com a seguinte composição: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário(a) e 2º Secretário(a).

Art. 6º - Caso um representante do conselho seja desvinculado da entidadee/ou órgão que antes participasse, este perderá automaticamente a sua representação, devendo para tal a entidade e/ou órgão indicar outro parasubstituí-lo, salvo os cargos de Presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário, que permanecerão nos respectivos cargos independentemente de possuírem vinculação com entidade até o término do mandato.

Parágrafo único: Na renúncia ou impedimento do presidente, automaticamente o vice-presidente assumirá a presidência Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.

Art. 7º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, será de 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período e seu exercício será sem ônus para os cofres públicos. Apóso 2º mandato, deverá haver renovação de pelo menos 50% dos membros da diretoria, não podendo, todavia, ocupar o mesmo cargo.

Art. 8º - O Executivo Municipal, através dos seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDRS cumprir suas atribuições.

Art. 9º - O CMDRS elaborará o seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento, dentro do prazo de até 90 (noventa) dias, após a nomeação dos/as Conselheiros/as.

Art. 10 - O Conselho Municipal Desenvolvimento Rural Sustentável de Itabaiana/PB, tem como Sede a Secretaria Municipal de Agricultura, Agropecuária, Agricultura e Pesca; Diretoria de Agricultura ou Órgão Equivalente, onde se dará o arquivo permanente de toda documentação e dados atinentes as atividades do Conselho e a Sub-Sede no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares.

CAPÍTULO II
DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Art. 11 - Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (FMDRS), instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aodesenvolvimento rural sustentável vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, Agropecuária, Aquicultura e Pesca ou órgão equivalente.

Art. 12 - Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável serão aplicados:

I – Na formulação e execução de Plano Safra Municipal, construído anualmente, lançado em julho e avaliado em junho do ano subseqüente, voltado ao fortalecimento da produção agropecuária, em bases de transição agroecológica, em perspectiva inclusiva, com atenção especial a mulher e jovens rurais e as famílias rurais em situação de pobreza extrema;

II - Fomento às atividades produtivas de Unidades de BeneficiamentoAgroindustriais Familiares e/ou Associativas, visando a geração de empregos,o aumento de renda para famílias agricultoras e produtores rurais;

III – Apoio ao fortalecimento de bens e serviços públicos relacionados ao Desenvolvimento Rural sustentável;

IV - Incentivo a dinamização e diversificação das atividades do Conselho e de formação de seus Conselheiros;

V - No fomento da Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; VI - Custeio de despesas administrativas.

Art. 13 - Caberá ao CMDRS priorizar as demandas sobre o uso e utilização dos Recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

§1º É vedada a utilização dos recursos financeiros do FMDRS em despesas com pagamento de pessoal, a qualquer título;

§2º Os recursos do Fundo serão consignados no orçamento do município.

Art. 14 - Constituem fontes de receitas do Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural Sustentável:

I - Dotação Orçamentária próprias e as verbas adicionais estabelecidasno decorrer de cada exercício;

II - Recursos financeiros oriundos do Governo Federal, Estadual e Órgãos Públicos ou privados recebidos diretamente ou por meio de convênios;

III - Recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênios;

IV - Aporte de capital decorrente de realização de operações de credito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizada em Leiespecífica;

V - Rendas provenientes de aplicação de seus recursos no mercado de capitais com prévia autorização do Conselho com retorno exclusivo para o programa em atividade;

VI - Recursos financeiros disponibilizados por linhas de créditos em bancosque venham afirmar convênio com o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

VII- Recursos obtidos com Municipalização do Imposto Territorial Rural (ITR);

VIII - Doações de pessoas físicas e jurídicas, contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e nãogovernamentais;

IX - Recursos oriundos das prestações de serviços por parte do município no âmbito da Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Pesca;

X - Outros recursos de qualquer origem, concedidos ou transferidos, conformeestabelecido em Lei.

Parágrafo primeiro - Os saldos financeiros do FMDRS, verificados no final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

Parágrafo segundo. As receitas descritas neste artigo serão recolhidas obrigatoriamente em conta específica a ser aberta e mantida em agênciabancária do município de Itabaiana – PB.

Art. 15 - São atribuições do CMDRS, em relação ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável:

I - Receber, analisar e deliberar sobre projetos apresentados ao CMDRS;

II - Propor e deliberar projetos a serem executados com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

III - Estabelecer parâmetros e diretrizes para a aplicação dos recursos doFundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

IV - Acompanhar e avaliar a execução, o desempenho e os resultados daaplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

V - Avaliar a prestação de contas das receitas do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

VI - Solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, controle e avaliação das atividades a cargo do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

VII - Fiscalizar as atividades dos programas desenvolvidos com recursos doFundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, requisitando, para tanto e sempre que necessária auditoria do Poder Executivo;

VIII - Aprovar convênios, ajustes, acordos, parcerias e/ou contratos a serem firmados com recursos do Fundo Municipal deDesenvolvimento Rural Sustentável;

IX - Publicar no Órgão Oficial do Município as resoluções do CMDRS referentesao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Art. 16 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei no exercício em curso, correrão por conta de dotação consignada na Lei Orçamentária Anual do Município, ficando o Chefe do Poder

Executivo autorizado, se necessário, a proceder à suplementação de recursos e a abertura de Créditos Especiais.

Art. 17 – A ordenação das despesas serão realizadas por meio do: Secretário de Agricultura, Agropecuária, Aquicultura e Pesca, Diretor de Agricultura ou Cargo Equivalente; Representante do(s) Sindicato(s) de Classe(s) ligados ao setor agrícola; Presidente do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural Sustentável.”.”

CAPÍTULO III
DISPOSITIVOS GERAIS

Art. 18 - O foro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Itabaiana/PB, e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é o da cidade de Itabaiana/PB.

Art. 19 – Revoga-se a Lei 633/2012, e as leis em contrário

Art. 20 - Esta Lei entrará em vigência na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itabaiana-PB, 25 de novembro de 2021.

Lúcio Flávio de Araújo Costa
Prefeito Constitucional de Itabaiana